

[Trabalho 2443 ]

PÔSTER

ROBERTO TORRES PERES; DORILA SILVA OLIVEIRA MOTA GONZAGA; MOACIR HAVERROTH.  
EMBRAPA ACRE, RIO BRANCO - AC - BRASIL;

## **Os caminhos para o desenvolvimento local da Agricultura Familiar no Acre: estudo comparativo das interações sociais de duas comunidades do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto – PAD Peixoto**

*Ways to family agriculture local development in acre: social interactions comparative study of two communities from Pedro Peixoto - PAD Peixoto directed settlement project*

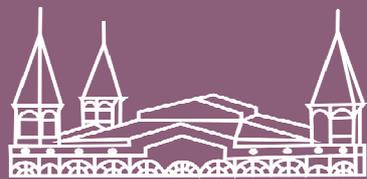
### **Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade**

#### **Resumo**

O presente trabalho estudou as recentes mudanças nos sistemas de produção, nas representações e disposições do pensar de agricultores familiares, bem como se propôs identificar e compreender as redes de relações sociais que os mesmos têm com o ambiente externo e como elas afetam o desenvolvimento local. Busca-se nesse estudo de caso, caracterizar a extensão das interações sociais dos agricultores e, ao mesmo tempo, entender como essas redes foram construídas, concomitantemente ao referencial teórico-analítico das categorias ‘capital humano’ e ‘capital social’ no desenvolvimento local, tomando como base o estudo em torno de duas comunidades de agricultores familiares, assentados do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto – PAD Peixoto, no município de Senador Guiomard, estado do Acre. A análise referente ao capital humano se deteve sobre a origem dos agricultores diretamente envolvidos, o encontro das famílias, o processo de organização dos agricultores, a evolução e as relações de lideranças. Vale ressaltar que se elegeu, para o estudo, uma comunidade bem sucedida e outra mal sucedida, tomando como indicador a que conseguiu, ao longo do tempo, ganhos econômicos, sociais e políticos. Por sua vez, a segunda apresentava perfil contrário, caracterizando-se pelo estágio de estagnação. De conformidade com os dados coletados em entrevistas participativas, utilização da metodologia linha do tempo e da sistematização de experiências, as comunidades apresentaram diversos momentos especificamente, em suas histórias, entre avanços e retrocessos, ficando claro que houve uma diferença fundamental no fator “organização sociais comunitários”.

**Palavras-chave:** interação social, capital social, capital humano, desenvolvimento local, organização social rural.

#### **Abstract**



*The work studied the changes introduced in the production systems, in the family farmers representations and ways of thinking, and propose to identify and understand the networks of social relationships that they have with the external environment and how it affects the local development. We intent, in this case study, to characterize the extent of the social interactions of farmers and, at the same time, understand how these networks were built, concomitantly with the referential of theoretical-analytical categories of 'human capital' and 'social capital' in the local development, two communities of family farmers, from Pedro Peixoto - PAD Peixoto Directed Settlement Project, in the municipality of Senador Guiomard, Acre state, were the basis of this study. The analysis of human capital focused on the origin of directly involved farmers, the meeting of families, the farmers organization process, the evolution and the relationship of leadership. Note that was elected, to this study, a successful community and one unsuccessful, considering as indicator that could, over time, economic, social and political gains. By the way, the second community presented opposite profile, characterized by a stage of stagnation. According with the data collected by participative interviews, using timeline and experience's systematization methodology, the communities presented several moments specifically, in their histories, with progress and setbacks, being clear that was a fundamental difference in the factor "community social organization".*

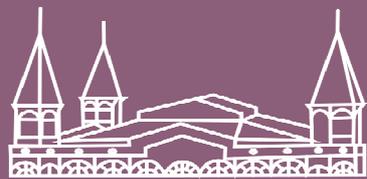
**Keywords:** *social interaction, social capital, human capital, local development, rural social organization.*

## 1. INTRODUÇÃO

O Estado do Acre possui 31.438 famílias assentadas pela reforma agrária. Deste total, 52,82% residem no território do Baixo Acre, constituído pelos municípios de Acrelândia, Bujari, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco e Senador Guiomard (INCRA, 2012). Entre os moradores de assentamentos, encontram-se famílias que mal conseguem produzir para a própria sobrevivência (em situação de insegurança alimentar), bem como famílias que já conseguem inserir sua produção no mercado. Inúmeros fatores contribuem para as disparidades registradas com relação à forma e êxito de ocupação da terra (Veiga et al, 2001; Gunatileke & Chakravorty, 2003; Caviglia-Harris, 2004; Guilhoto et al. 2007; Van Wey et al. 2007; Drummond et al. 2008).

Os programas criados pelo Governo Federal objetivando colonizar e ocupar a Amazônia trouxeram grandes e sérios problemas socioambientais, pois ocasionaram uma ocupação não sistemática da terra. É nesse contexto, com o intuito de amenizar as grandes especulações fundiárias e diminuir as tensões sociais existentes no estado do Acre que foram criados cinco Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD's). Os mesmos foram idealizados a partir de um estudo realizado em 1971, resultado direto de uma política de colonização, voltada para conter o fluxo migratório regional (CAVALCANTI, 1994). Além disso, foram priorizadas atividades específicas, voltadas para agricultores familiares com diferentes experiências e vocações, com destaque para as seguintes atividades: extrativista, agroextrativista, florestal, agrícola e agropecuária.

Destaca-se com primazia desses assentamentos o Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto – PAD Peixoto, com início de formação em 1978, sendo considerado o segundo maior projeto em todo o Brasil e o maior em todo o estado do Acre (BARBOSA, 2003). O PAD Peixoto abrange os municípios de Rio Branco, Senador Guiomard, Plácido de



Castro e Acrelândia, com uma área de 317.588 hectares, com capacidade para assentar 4.025 famílias, perfazendo uma média por família de 79 hectares (CARVALHO, 2000). Observa-se no PAD Peixoto que na sua conformação, predominam agricultores originários de regiões de todo o país. Ou seja, encontra-se uma população com valores sociais e culturais diversificados.

Este artigo origina-se do projeto desenvolvido sob a liderança da Embrapa Agroindústria Tropical, em conjunto com a Embrapa Acre, intitulado “Estudo de metodologia de transferência tecnológica a partir de experiências aplicadas na agricultura familiar”, envolvendo comunidades do estado do Ceará e Acre. No caso do Acre, a área de pesquisa que orienta o presente estudo encontra-se no PAD Peixoto, no município de Senador Giomard. O estudo deteve-se sobre as interações sociais dos agricultores com seus diversos públicos, bem como as mudanças comportamentais e suas disposições de pensar durante o desenvolvimento das comunidades. Para tanto, no Acre, buscou-se estudar duas comunidades, uma considerada exitosa e a outra não exitosa, não significando que uma tenha recebido mais recurso ou investimento que a outra. Assim, buscamos verificar quais fatores internos e externos, em termos de relações interpessoais e sociais, tiveram papéis determinantes nos rumos do desenvolvimento de cada comunidade.

O conteúdo deste trabalho mostra, na sua estrutura, como via orientadora, o referencial teórico-analítico das categorias ‘capital humano’ e ‘capital social’, onde se comparam duas comunidades assentadas no mesmo projeto que, na escolha da adoção ou não de ações de mudança, sofreram influências positivas ou negativas, valorizando os aspectos sociais, econômicos e culturais dessas comunidades rurais ao longo de seu desenvolvimento. Nessa direção, entende-se que há evidências de mudanças comportamentais que alimentam, aos poucos, o processo de participação do cidadão e que fortalece o poder local (JARA, 2001).

Nesse contexto, procura-se mostrar um estudo comparativo de duas comunidades de produtores rurais do PAD – Peixoto. A primeira é a comunidade de Vila da Pia, onde se encontra a Cooperativa dos Produtores Rurais da BR-317 – Cooperopção. A segunda está localizada no Ramal Nabor Júnior, ligada à Associação dos Produtores Rurais em Manejo Florestal e Agricultura – APRUMA. Ambas pertencem ao município de Senador Guiomard.

## 2. Referencial Teórico

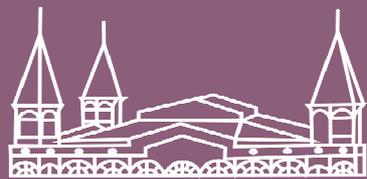
### 2.1. Requisitos para o Desenvolvimento Sustentável e as mudanças tradicionais

Na América Latina, abrem-se novos cenários que superam a visão tradicional do desenvolvimento rural. A proposta atual de desenvolvimento tem por vínculo o desenvolvimento do ser humano numa perspectiva holística. Envolve capital social, capital humano e empoderamento das organizações para dar conteúdo à real democracia (JARA, 2001).

O mesmo autor comenta que:

A ênfase do desenvolvimento sustentável está nas coisas que as pessoas podem fazer e nas realizações que definem o ser das pessoas, e não no que elas podem ter. Trata-se de enriquecer a vida humana com a expansão das capacidades humanas, individuais e coletivas, orientadas para a satisfação das necessidades essenciais de todas as culturas: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, identidade e liberdade (JARA, 2001).

Dentre as variáveis da sustentabilidade, Jara (2001) elege o bem-estar econômico e produtividade, capital social, capital humano e gestão ambiental integrada aos recursos naturais. Mas, para isso, demanda nova institucionalidade, novo perfil profissional, novas formulações e nova gestão das políticas públicas.



Ainda, sobre os comentários de Jara (2001), o capital humano e o capital social, construídos entre as populações rurais, proporcionam aos autores rurais “*o poder de influir e decidir sobre seus destinos, bem como o poder de saberem-se gestores sociais e agentes criativos de instituições que geram seus empregos, suas rendas e a melhoria de suas vidas*”.

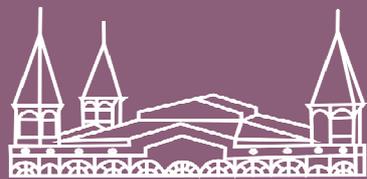
Os cenários que vêm superando a visão tradicional do desenvolvimento rural se baseiam nas seguintes ênfases:

- a) Dá importância à perspectiva territorial, levando a definição da comunidade ampliada e da microrregião como unidade de planejamento local e não as políticas restritas à unidade produtiva para aumento da produção e produtividade;
- b) Propõe flexibilidade e diferenciação em face da heterogeneidade das estruturas produtivas e dos territórios e não mais a formulação de estratégias e políticas homogêneas de desenvolvimento;
- c) Necessita considerar os vínculos intersetoriais e as cadeias produtivas, transformação, comercialização e consumo e não às políticas de desenvolvimento rural fechadas na esfera agropecuária;
- d) Considera a participação da sociedade civil, procurando estabelecer complementaridades com as instituições regionais e locais, públicas ou privadas, ao invés da gestão burocrática e centralizadora dos processos de desenvolvimento rural;
- e) Cria alternativas que enfatizam o papel do capital humano e do capital social e não mais na prática que prioriza a dotação de capital físico e financeiro;
- f) A nova ruralidade valoriza a organização empresarial rural para inserção competitiva nos mercados abertos e não mais a organização associativa tradicional como instrumento de luta e reivindicação reavaliada;
- g) O desenvolvimento rural viabiliza os valores culturais e os sentimentos coletivos e não somente baseia-se na economia e na tecnologia;
- h) O desenvolvimento baseia-se no empreendimento do desenvolvimento local organizado para a sustentabilidade econômico-ambiental e não com intuito depredador e extrativista da natureza;
- i) Aborda considerações de gênero, o que permite mapear as atribuições e os papéis masculinos e femininos para identificar tendências e não priorizar a intervenção centrada no homem produtor.

Diante dessas evidências de mudanças comportamentais, que alimentam aos poucos o processo participativo, o poder local se fortalece, surgem novos atores no cenário social e diversas organizações sociais ensaiam participação direta. Tem-se refletido uma nova institucionalidade de maneira mais aberta e democrática. Entretanto, a capacidade de gestão pública local carece de mais eficiência. Jara (2001) comenta que é preciso ajustar a estrutura e o funcionamento das instituições segundo as políticas e os programas de desenvolvimento.

Com frequência, as mudanças institucionais são acompanhadas de atividades de formação de gestores públicos. No entanto, a baixa qualidade da gestão resulta em mau gerenciamento, corporativismo, clientelismo, administração ineficiente, falta de planos estratégicos, entre outros (JARA, 2001). O mesmo autor percebe, também, que as reformas institucionais não dispõem de recursos necessários às mudanças estratégicas dos governos locais nem os elementos necessários às mudanças nos relacionamentos políticos. Porém, de acordo com os estudos de Putnam (1996), o êxito das mudanças institucionais está relacionado às restrições que a história e o contexto social impõem, influenciando as perspectivas de um governo eficaz e responsável, o que responderia aos desafios da democracia na atualidade.

## **2.2 Capital Humano e Capital Social no desenvolvimento local sustentável**



Na sociedade brasileira contemporânea, os diferentes grupos sociais, independente da sua localidade, cidade ou posição social, vêm ganhando atenção prioritária por parte dos governantes na implementação de políticas públicas e projetos sociais. Essa nova percepção estende-se também à área rural com foco na família agrícola, onde as pessoas mostram uma atitude premente de mudança, através da união e do trabalho coletivo. Caminhando para uma nova sociedade, são necessárias alternativas sólidas de empreendimento em capital humano e social. Segundo Jara (2001), o capital humano se baseia na capacidade que os recursos humanos têm para resolver problemas colocados pela sociedade e com capacidade de empreender processos produtivos que integram. Já o capital social tem como base sua capacidade de auto-organização, fortemente solidário, com relacionamentos participativos e unidos socialmente, procurando reconhecer igualmente o direito de cada um. Esse tema caracteriza-se como um dos fatores que contribuem para a motivação e o direcionamento das ações coletivas.

Os termos ‘capital humano’ e ‘capital social’ têm crescido nas propostas de desenvolvimento e nas estratégias que buscam caminhos alternativos para reduzir a densidade da pobreza e promover o bem-estar econômico, liberdade e qualidade de vida. A formação do capital humano é definidora da qualidade do capital social, da equidade e da utilização racional dos recursos da natureza. Portanto, cresce a importância de investimentos em capital humano como reforma nas instituições públicas e como estratégia para sustentar os demais fatores do desenvolvimento sustentável.

O investimento em capital humano traduz-se na construção de agentes de desenvolvimento, ou seja, formar mulheres e homens educados, motivados e habilitados para conduzir processos de mudanças para alcançar a sociedade sustentável. Para Jara (2001), o capital humano se reflete sob uma perspectiva social e cultural, concebendo “*o conhecimento como o saber e o entendimento prático, a arte ou a habilidade humana de discernir o que é conveniente e atuar de acordo com esses requisitos e proposições.*” As novas oportunidades de trabalho exigem mistura de conhecimentos em diversos campos. Na esfera agrícola, o trabalho exige gerentes e produtores qualificados e informados que atuem com flexibilidade e visão sistêmica na solução de problemas. O progresso tecnológico, que vem reduzindo a demanda de capital financeiro, requer capital humano para operar nos espaços que vêm sendo abertos em autossuficiência e sustentabilidade com a adoção de tecnologias.

O terceiro setor, a sociedade civil, as comunidades locais, as redes sociais ou o capital social são alguns destes novos conceitos que visam fundamentar uma economia diferenciada, mais solidária, uma democracia mais vital, participativa, com cidadãos ativos, engajados em favor do bem comum e, por fim, uma sociedade mais humana (Frey, 2003).

Araújo et al. (2010) definem capital social como propriedade dos indivíduos e do grupo e também estoque e base de um processo de acumulação que possibilita as pessoas criarem estratégias de empoderamento, favorecendo-os na competição social. Destarte, o coletivo tem função primordial para estabelecer novas práticas, atividades produtivas e melhorias econômicas em favor de todos.

Contribuindo com essa temática, Perondi (2007) define o capital social como sendo um termo que captura os vínculos do indivíduo e do grupo doméstico com a comunidade em seu sentido social mais amplo. É a possibilidade de pertencer a um virtual grupo social com variada capacidade de inclusão social. As interações, através dos vínculos estabelecidos, levam os cidadãos a serem proativos e a tomarem atitudes racionais em benefício da comunidade coletiva.

Do mesmo modo, Jara (2001) comenta que o capital social está na capacidade e na vontade dos grupos comunitários de trabalharem juntos, em parceria, vindo a constituir motivação coletiva que qualifica o processo de desenvolvimento.



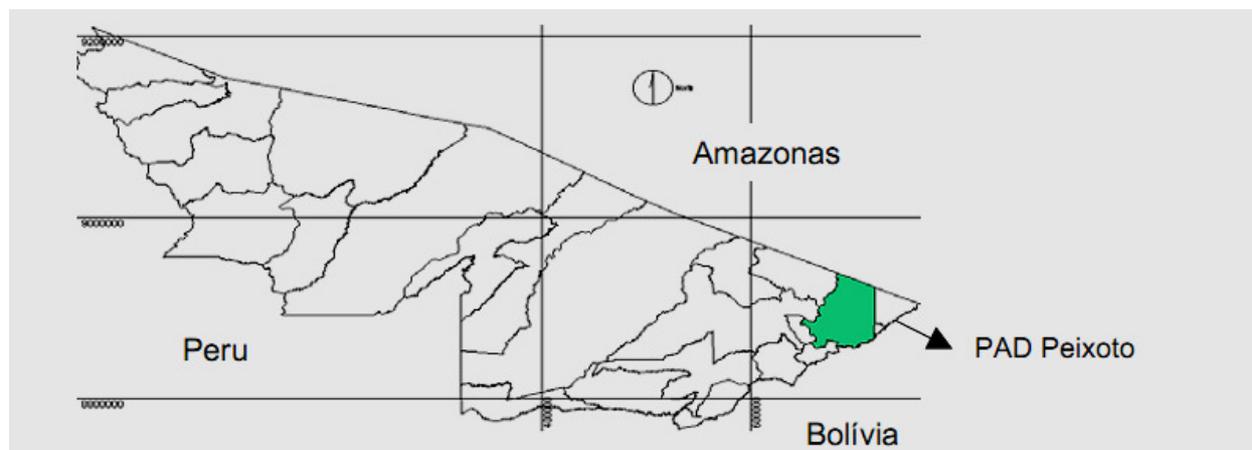
Putnam (1996), avaliando pesquisa em que define a determinação do desenvolvimento diferenciado a partir do capital social acumulado pelas sociedades, afirma que as comunidades do Centro e Norte italianos não se tornaram cívicas porque eram ricas, mas, sim, porque eram cívicas<sup>1</sup>. Evidencia o capital social como um processo histórico e cultural independente das instituições que, no entanto, pode ser impulsionado a partir destas. Porém, Putnam (1996) argumenta que a construção de uma nova institucionalidade demanda um período de tempo que deve ser mensurado em décadas e que a criação de normas de cooperação e participação cívica é uma questão mais lenta.

Jara (2001) confirma que desenvolver capital social representa um investimento diferente da natureza produtiva. Da mesma forma que o capital monetário, o capital se converte em recurso estratégico para o exercício do poder ao *empoderar* os grupos excluídos e sem os recursos do capital social. Constitui habilidade e a capacidade para trabalhar e lutar juntos, utilizando insumos como energias sociais de confiança e solidariedade, o que resulta em poder e dignidade quando da obtenção de benefícios para todos os atores envolvidos. Isso torna muito mais simples a construção de capital social na sociedade local, pois permite melhor identificação dos problemas e a avaliação direta dos comportamentos e da prática dos grupos. Abramovay (2000) propõe que construir novas instituições próprias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo, em fortalecer o capital social dos territórios. O desafio é dotar as populações rurais de recursos necessários à construção de novos territórios.

Por fim, conforme Jara (2001), o capital social e o capital humano devem ser interpretados como processos de construção indispensável para a transição e a consolidação da sociedade como meta de sustentabilidade. Igualmente, o capital social e o capital humano não são suficientes para construir uma sociedade sustentável. O que pode levar a uma supervalorização da capacitação, da cooperação e da colaboração social, em detrimento do acesso à tecnologia e aos recursos financeiros.

### 3. Metodologia

O projeto se propunha inicialmente, a trabalhar com três comunidades de cada estado participante, no caso, Ceará e Acre. No entanto, devido a diversas questões limitantes, optou-se por escolher duas comunidades no caso do Acre. Assim, foram selecionadas as comunidades Vila da Pia, localizada no eixo da BR 317, e a comunidade do Ramal Nabor Júnior, localizada no eixo da BR-364, ambas situadas no Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto – PAD Peixoto (Figura 1), fazendo parte do município de Senador Guionard.



<sup>1</sup> Putnam conceitua comunidade cívica por “cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração” (PUTNAM, 1996, p. 31)

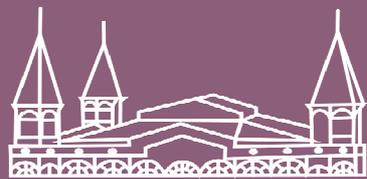


Figura 1 - Localização do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, no Estado do Acre.  
Fonte: OLIVEIRA; BRAZ (2006).

Assim, após contatos prévios com as lideranças dessas comunidades, o trabalho foi aceito por ambas e iniciou-se o agendamento de visitas para reuniões e entrevistas. Em função do tempo escasso, as entrevistas foram coletivas. Alguns integrantes do projeto já conheciam as comunidades do Ramal Nabor Júnior e da Vila da Pia, em função de projetos desenvolvidos anteriormente. Entretanto, a Embrapa tem desenvolvido diversas atividades nestas duas comunidades, o que também foi objeto desta pesquisa.

Além dessas reuniões e entrevistas, outras visitas e reuniões foram realizadas por diversos membros da equipe do projeto a fim de complementar as informações e coletar novos dados acerca das diversas atividades previstas no projeto. Nestas oportunidades, foi aplicada também a técnica de sistematização de experiências, além da técnica da “linha do tempo”, em que os atores indicam o que aconteceu de importante em cada momento desde a criação da respectiva comunidade e tais informações são anotadas num cartaz onde consta a linha que representa o tempo diacrônico. Essa metodologia foi importante para analisar as categorias do capital humano e capital social.

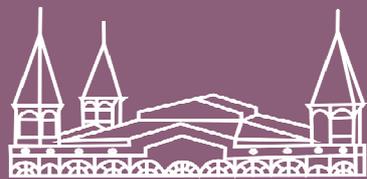
Na Embrapa Acre realizaram-se entrevistas abertas com pesquisadores e analistas que participaram de projetos executados ou em execução, nas áreas dos agricultores das comunidades pesquisadas. Da mesma forma, foram entrevistados técnicos da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - Seaprof, sucessora da antiga Emater/AC, que teve atuação direta nestas áreas ao longo dos anos. Também se recorreu a relatórios de projetos de pesquisa desenvolvidos com a participação das comunidades a fim de obter informações sobre o processo de participação dos agricultores e o desenvolvimento das tecnologias geradas e apropriadas, bem como à avaliação dos resultados pelos pesquisadores.

A maioria das entrevistas foi gravada em vídeo e em áudio. As gravações de áudio foram transcritas manualmente para um caderno e, em seguida, os textos foram digitados em editor de texto de computador. Nesse contexto, foram trabalhados aspectos como, origem das pessoas das comunidades, organização dos agricultores, evolução socioeconômica e as relações de liderança e sucessão que favoreceram os relacionamentos com os ambientes internos e externos, as mudanças marcantes em direção ao desenvolvimento local.

#### **4. Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto - PAD Peixoto**

O Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto – PAD Peixoto está localizado no eixo das rodovias BR-364 e BR-317, e das estaduais AC-40 e AC-401 (SILVA, 1988). Sua extensão, ou seja, 317.588 hectares permitiu o assentamento inicial de 4.025 famílias oriundas, preferencialmente dos seringais acreanos, assim como o contingente de outras regiões do país, perfazendo uma média por família de 79 hectares (CARVALHO, 2000). Entretanto, verifica-se por parte das famílias oriundas da região Norte, um índice de desistência de aproximadamente 62%, justificada principalmente pela decadência do extrativismo.

Após 35 anos de sua criação, no PAD Peixoto observa-se uma população com valores culturais diversificados em seu arranjo produtivo e social. Em localidades de fácil acesso as comunidades conseguem se apropriar das várias políticas públicas, porém outras não vislumbram o apoio do Estado, interagindo com as precárias condições locais, como falta de transporte, falta de apoio na implantação de suas culturas, bem como na comercialização da produção. Dessa maneira o nível organizacional das comunidades vem sofrendo um processo de estagnação.



As comunidades do PAD Peixoto, após suas trajetórias de vida e trabalho acumularam experiências cujos resultados se traduzem em exitosos e não exitosos. No entanto, foram estratégicas ao se estabelecerem nos projetos de assentamento nos anos 1980, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

#### 4.1. Caracterização social dos agricultores familiares das comunidades estudadas

O presente trabalho procurou estudar as mudanças inseridas nos sistemas de produção nas representações e disposições do pensar dos agricultores envolvidos em duas comunidades assentadas no PAD Peixoto. São elas: Vila da Pia, localizada no eixo da BR-317, km 55, nas glebas D e E, e; do Ramal Nabor Júnior, localizada no eixo da BR-364, km 80, glebas Q e R. Ambas inseridas no município de Senador Guiomard, estado do Acre (Figura 2).

Conceituou-se na proposta do projeto que seriam estudadas comunidades exitosas e não exitosas. As primeiras seriam aquelas em que se observou que ao longo dos anos haviam adquirido um nível de interação social com o ambiente interno e externo, proporcionando às unidades familiares ganhos sociais, econômicos e políticos. Por sua vez, as segundas apresentariam perfil contrário, se caracterizando pelo estágio de “estagnação”.

##### 4.1.1. – Comunidade Vila da Pia

Elegeu-se como exitosa, a comunidade Vila da Pia, nome dado em homenagem à religiosa vinda da Itália que prestou na localidade assistência social e organização das famílias de agricultores. Com a chegada de 15 famílias e assistência social e financeira vinda da Itália, foram organizados os primeiros grupos de agricultores, financiados os primeiros projetos agrícolas e criada a primeira associação formal com o nome de Associação Nova Esperança. A partir de 1980 foram criados os primeiros laços de confiança entre os assentados.

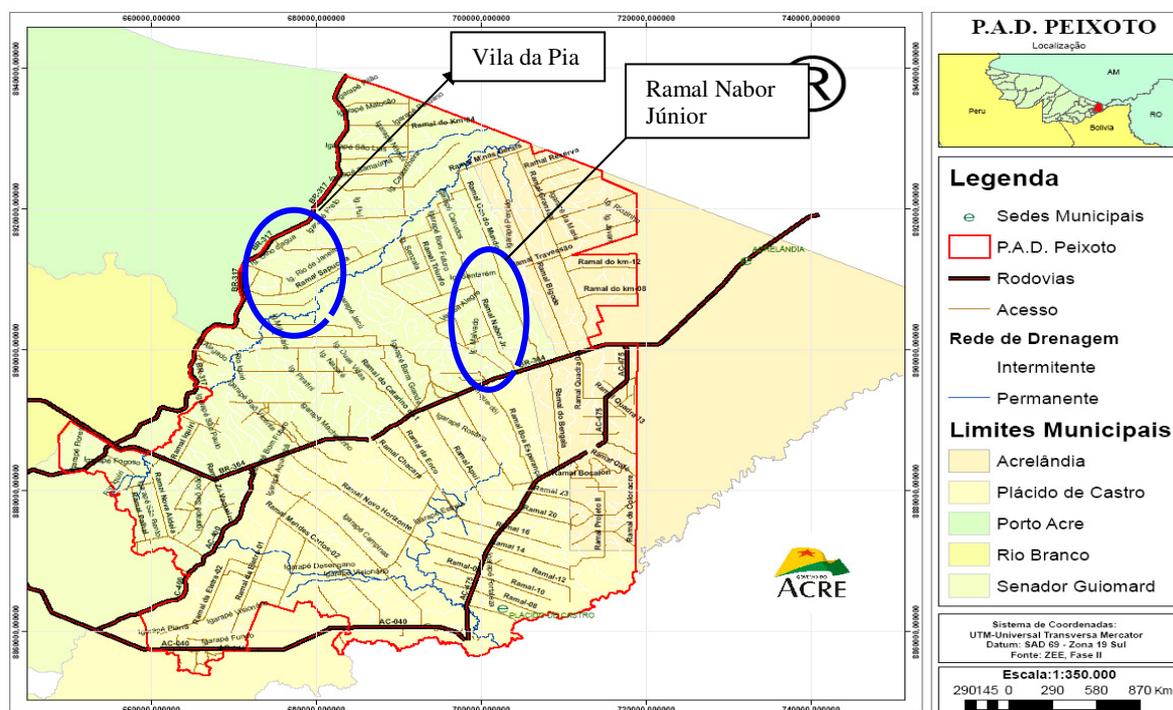
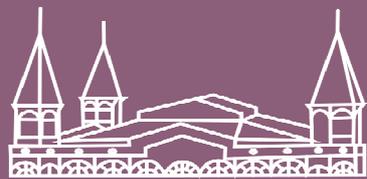


Figura 2 – Área total do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, abrangendo os municípios de Acrelândia, Plácido de Castro, Rio Branco e Senador Guiomard.



Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, Acre (2009), citado em Gonzaga (2010).

Em meados de 1980 com a reivindicação da comunidade e da Igreja Católica, construiu-se a primeira escola rural, aprovou-se o Programa da Borracha (Probor), fundou-se o escritório da Emater que incentivou o cultivo de culturas anuais para produção de sementes fiscalizadas e culturas perenes e a criação de pequenos animais. Nessa ocasião o sentimento da comunidade era de avanço e crescimento.

De 1986 a 1996 a comunidade Vila da Pia associada a outros agentes externos, via políticas de incentivos que garantem a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos avança em conhecimento, melhoria socioeconômica e construção de novos rumos. Neste enfoque, as famílias investem em adoção de tecnologias, apropriando-se de práticas sustentáveis da produção agropecuária (pecuária mista e produção de café, além da seringueira e culturas anuais), abertura de ramais para escoamento da produção, promoção do fortalecimento da associação e capacitação, além da educação dos filhos. Porém, com a crise na extensão rural, a queda dos preços do café, borracha e arroba do gado bovino, a inflação na economia nacional e chegada de empresários com intenção de formar fazendas, o sentimento na comunidade foi de frustração.

Esses fatos ilustram a década de avanços e retrocessos, transparecendo uma base comunitária sólida apoiada por diversas instituições públicas e religiosas. Destaca-se a figura da Irmã Pia, representando a Comissão Pastoral da Terra (CPT), de fundamental importância na formação dessa base organizacional.

Na década seguinte, 1997 a 2007, com a criação da nova moeda nacional (Real), houve uma melhoria substancial na qualidade de vida dos agricultores. Os filhos vão estudar na capital, criam-se as primeiras turmas do ensino médio nas escolas rurais, iniciam os projetos de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa com a comunidade, chega ao campo o Programa Luz Para Todos dando condição para construção de novas residências, o Programa Estadual de patrulhas mecanizada para mecanização agrícola e o asfaltamento da BR-317. Outra iniciativa da comunidade foi implantação de agroindústria de pequeno porte, a qual possibilitou oportunidade de inserção no mercado. Verifica-se a necessidade de criar fortalecer a organização, optou-se pela criação da Cooperativa Grupo Opção – COOPEROPÇÃO, base atual de organização de toda a comunidade.

No geral, atualmente a comunidade administra um patrimônio social e físico, pois formou líderes capazes de gerenciar e promover a atuação de outras instituições para o desenvolvimento local, como a extensão rural, programas governamentais tanto em nível estadual como federal e projetos de pesquisa e transferência de tecnologia; como administra um silo graneleiro, caminhões, agroindústria, máquinas agrícolas, entre outros patrimônios.

Quanto ao relacionamento com o público externo, atualmente a cooperativa tem apoio das seguintes instituições: Igreja Católica, Embrapa Acre, Organização das Cooperativas do Brasil, Governo do Estado (Educação, Assistência Técnica, Pequenos Negócios, Ciência e Tecnologia), Prefeituras, CONAB, INCRA, Bancos (BNDS, Amazônia, Brasil) e empresas privadas (Fig. 3).

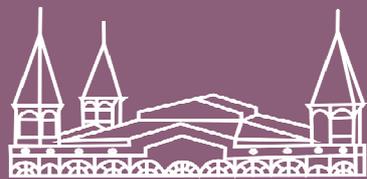


Figura 3 Estrutura de parceria da Cooperopção

#### 4.1.2 – Comunidade do Ramal Nabor Júnior

A comunidade do Ramal Nabor Júnior foi selecionada como não exitosa. As famílias são oriundas de seringais extrativistas, apresentando certa dificuldade no que diz respeito à agregação social. Suas atividades se resumiam ao corte de seringueiras nativas para produção de borracha e cultivo de culturas de subsistência. Na gestão do Governo da Floresta, 1998 a 2002, ampliaram-se os conceitos de manejo florestal e novas tendências de preservação do meio ambiente. Araújo (2003) afirma que as políticas de exploração madeireira direcionavam-se para o regime de produção sustentável.

Por volta de 1995 a Embrapa Acre e parceiros iniciaram ações de pesquisa e desenvolvimento para construção de um Modelo de Exploração Florestal Madeireira, com potencial de geração de renda aplicada às pequenas propriedades rurais na Amazônia, servindo de modelo de baixo impacto ambiental. Naquela ocasião os modelos eram desenhados para grandes áreas, ou seja, próprio para projetos empresariais.

A experiência piloto foi implantada em parceria com um grupo de 11 agricultores e, posterior ampliado para 20. Para formalização da parceria foi criada a Associação dos Produtores Rurais em Manejo Florestal e Agricultura – APRUMA. Assim, os assentados no Ramal Nabor Júnior foram estimulados a se organizarem em associações a fim de usufruírem de políticas governamentais e projetos visando o manejo florestal madeireiro comunitário.

Na proposta buscava-se explorar 50% da área de Reserva Legal (40 hectares), sem uso de máquinas, conciliando exploração florestal e agricultura, procurando reduzir o ciclo de exploração de 30 para 10 anos.

Para o desenvolvimento do projeto a capacitação dos agricultores era prioritária, considerando que a experiência seria inovadora. Todas as etapas do projeto eram discutidas com os atores, bem como foram dadas as condições locais para exploração madeireira. Em cinco anos a organização conseguiu absorver os objetivos do projeto, adquirindo uma visão integrada do homem com a natureza. Por meio da Embrapa formalizaram-se parceiras com o Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA e com o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, entre outras instituições como Ibama, Incra, Senai, Seaprof (Figura 4). O sentimento dos agricultores era de expectativas e crescimento econômico.

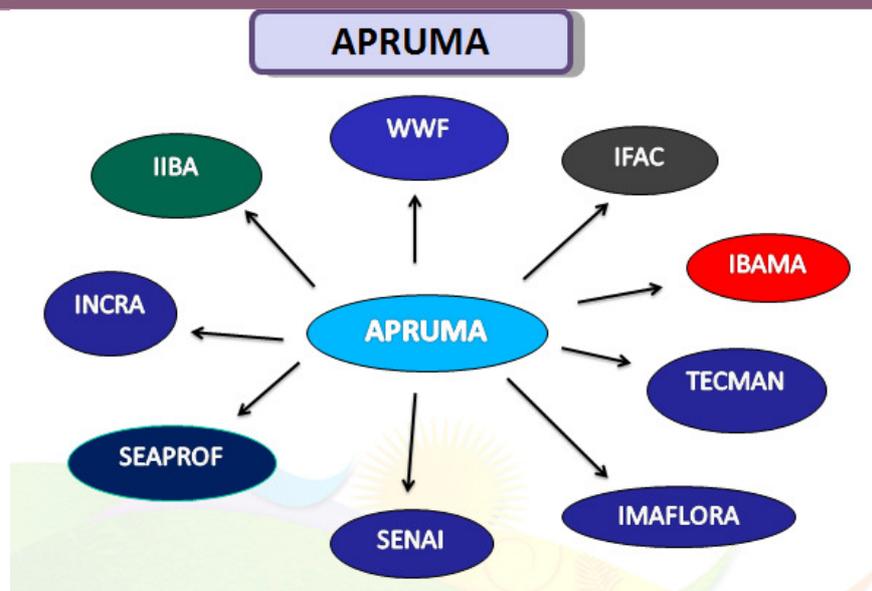
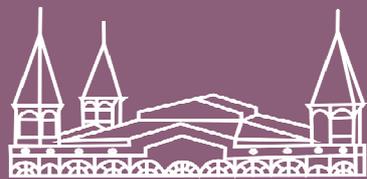


Figura 4 – Estruturas de parceria da Apruma

A partir de 2001, o modelo “Manejo Florestal Comunitário” é concebido sob o enfoque de exploração sustentável. Estudos econômicos e de mercado foram realizados, bem como intercâmbio técnico e comercial para formalização de contratos de venda de madeira para outros estados brasileiros. Em 2003 a APRUMA adquire a certificação Florestal, com selo FSC (*Forest Stewardship Council*). Cerca de 130 m<sup>3</sup> foram explorados, atingindo o ápice da exploração. O modelo de exploração concebido foi destinado à comunidade de agricultores tradicionais, agroextrativistas e extrativistas assentados em Reservas Extrativistas.

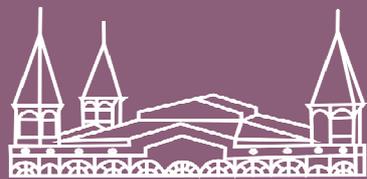
Nessa fase, adotaram tecnologias de manejo racional dos recursos madeireiros, voltadas para a fabricação de móveis e para a construção civil. Os componentes tecnológicos foram bem assimilados, bem como as exigências e padrões de mercado foram internalizados e procurava-se trabalhar com foco na exploração da área de reserva legal (50%).

A partir de 2006, observa-se a baixa capacidade de organização social dos associados (desconfianças, conflitos, fuga, ameaças e desvio de recursos), convergindo para uma estrutura social incipiente (lideranças isoladas, falta de incentivo para os jovens, desarticulação das mulheres). Consequentemente, houve redução dos volumes explorados, levando ao desânimo e frustração dos comunitários, dificuldades na estrutura logística da Apruma, o que resultou na perda da certificação (Selo FSC). Assim, passaram a buscar novas atividades, como a pecuária de corte. O Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC) não atuou como parceiro e sim como mero agente de fiscalização, o que contribuiu aos entraves e excessiva burocracia. Tudo isso levou à desmotivação e os procedimentos de ordem legal (exigências e demora) restringiram a dinâmica do processo.

Por fim, não há interesse dos jovens em administrar a associação. A única liderança de destaque e gestão é o atual presidente da associação.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste item, serão abordados os tipos de ações determinantes no comportamento das duas comunidades que caracteriza o desenvolvimento local relacionado às dimensões intangíveis, ou seja, capital social e capital humano. Para distinção das comunidades em estudo, denominamos **Comunidade 1** a Comunidade Vila da Pia e de **Comunidade 2** a do Ramal Nabor Júnior.



**a) Comunidade 1** – Com a chegada das famílias, a presença da líder religiosa foi fundamental expandiu para comunidade valores cristãos, morais, inclusão social, éticos e outros de grande significado social, tais como, estabelecimento de laços familiares através do casamento, batizados, formação de grupos, associações, criação de escolas. Isso criou as bases para a formação de moradores. Jara (2001) comenta que a dimensão espiritual aflora os comportamentos, os pensamentos e as ações capazes de melhorar a condição humana, diminuir a pobreza ou preservar o meio natural em uma perspectiva sustentável. Nesse meio destaca-se também os encontros anuais como festejos da padroeira Nossa Senhora Aparecida, onde, além das festas, jogos e brincadeiras, são fortalecidos os laços familiares, de amizade e parentesco. Participam não só a comunidade, mas parceiros políticos, técnicos, empresários e comunidades vizinhas.

Os conhecimentos práticos dos agricultores contribuíram para que instituições de pesquisa, extensão e fomento implantassem seus projetos e programas e assim repassassem conhecimentos aos agricultores. Essa dinâmica de geração de conhecimento é fruto de informações proveniente de várias fontes (Jara, 2001). Também o capital social está na vontade dos grupos comunitários de trabalhar em parceria, o que resulta em motivação coletiva, qualificando o processo de desenvolvimento.

Por fim, trata-se de uma comunidade que ao longo dos anos continuou receptiva e sociável, formando líderes com objetivos bem definidos, fortalecendo continuamente os laços de confiança entre os 50 cooperados e suas famílias, capazes de identificar demandas e aproveitar as políticas e nichos de mercado.

## **b) Comunidade 2**

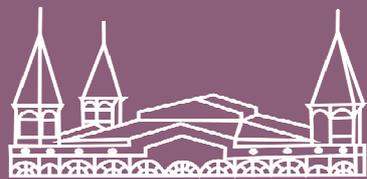
Pelas suas próprias experiências de vida na floresta, a nova forma de trabalho e de vida social marcaram essas famílias, tendo impactos negativos quando da inserção dessas pessoas em projetos de desenvolvimento agrário, isto é, em organizações de agricultores familiares. As práticas diárias de trabalho na extração do látex das seringueiras não lhes davam condições e nem tempo para se dedicarem a outras atividades de subsistência. Porém, é justo reconhecer que essas pessoas detinham um conhecimento prático do local em que moravam e trabalhavam. Mantinham uma postura conservacionista em relação coleta de látex sob pena de serem expulsos da Colocação. Isso estabeleceu um vínculo entre o homem e parte da natureza (seringueiras) que denominamos de “algema”, aqui com o sentido de “alma gêmea”, que desperta o sentimento de familiaridade, conservação e uso sustentável.

São pessoas que sentem dificuldades para se reunirem e pouco se encontram para discutir ou debater assuntos da comunidade e acham que o controle da Associação é de responsabilidade somente do Presidente. Esse estado de letargia social e falta de perspectiva acaba gerando inatividade em relação às questões comunitárias, postergando a um futuro incerto as transformações nas condições de vida da comunidade.

Atualmente, o patrimônio da comunidade e as atividades do manejo florestal encontram-se inativos. O presidente da associação e as pessoas que fazem parte da diretoria não contam com conhecimentos de gestão interna e externa para atuarem com desenvoltura junto aos órgãos dos governos federal, estadual, de mercado e logístico. Assim, aguardam a iniciativa de projetos externos para darem nova dinâmica a esse trabalho coletivo de manejo florestal madeireiro. Entretanto, diante do cenário da organização comunitária local, não há atratividade para que atores externos invistam em novos projetos nessa comunidade.

## **6- CONCLUSÕES**

A análise das comunidades agrícolas permite afirmar, diante dos casos estudados, que as ações sociais de interações e práticas de organização estáveis serviram, na fase inicial, de direcionamento para as formas de pensar e atuação das pessoas, levando-os à mudança de



comportamento laboral que, somadas às tecnologias adotadas, alavancaram a produção das atividades agrícolas praticadas.

O grau de desenvolvimento agrícola alcançado pela comunidade Vila da Pia foi resultado do esforço e das práticas de ações sociais realizadas internamente e de forma coletiva, continuamente, ao longo do tempo, e porque acreditaram nas atitudes e mudanças adotadas pelos líderes da comunidade, priorizando as tecnologias, relacionamentos sociais e políticos conquistados interna e externamente.

Percebeu-se que se desenvolveu, na Comunidade 1, mais exitosa, uma cultura para organização, oriunda de trabalhos comunitários desde a origem da comunidade, levando a maior disposição dos seus moradores em adaptar-se ao novo modo de produção familiar. Por outro lado, na Comunidade 2, faltou essa base organizacional na sua origem, considerando, ainda, a origem predominantemente extrativista/seringueira de seus moradores, cuja vida progressa se caracterizava pelo isolamento e enfrentamento de desafios da vida isolada na floresta. Além disso, a que se destacar que a natureza das atividades de ambas as comunidades são diferentes. Enquanto, na Comunidade 1, os empreendimentos foram focados na agricultura, agroflorestal e pecuária intensiva, na Comunidade 2, o principal empreendimento, que gerou as maiores expectativas, foram no manejo florestal madeireiro comunitário, o qual esbarrou numa série de dificuldades que ficaram aquém da capacidade de gerencialmente da comunidade local, ficando na dependência de tomadas de decisões por parte de instituições externas, estas ficando limitadas a questões legais. Percebe-se também que as instituições de cunho normativo se despreocuparam em passar conhecimento aos agricultores, não gerando nenhum conhecimento que contribuísse com o empoderamento dos mesmos.

Assim, de acordo com o que coloca Jara (2001), na Comunidade 1, houve maior investimento no capital humano, resultando, ao longo do tempo, em ganho de capital social, o que vem proporcionando sustentabilidade da comunidade, considerando que o cenário possibilitou novas institucionalidades, novo perfil profissional, através das relações estabelecidas com as instituições externas que possibilitam acesso às políticas públicas. Ao passo que a Comunidade 2 na primeira situação de insucesso, houve enfraquecimento das relações sociais. A associação procurou se distanciar das políticas públicas tanto de nível estadual como federal, o que enfraqueceu a parceria entre as instituições, comprometendo as relações de mercado.

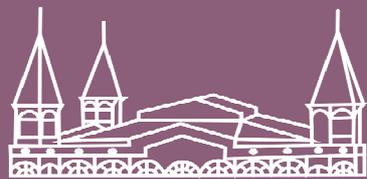
Dessa forma, podemos concluir que a forte organização social comunitária, com o estabelecimento de relações de confiança e construção de identidade comum em torno de fatores ligados à comunidade, é fundamental na construção de instituições locais fortes e capazes de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico local. Portanto, projetos visando o desenvolvimento local de comunidades rurais devem pressupor o fortalecimento da organização social local, com instituições fortes e com as quais os moradores se identifiquem.

## 7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos Territórios: repensando o Desenvolvimento Rural. **Economia Aplicada**. Ribeirão Preto, SP.v. 4, N.º 2, abril/junho 2000. 1 a 19p. (USP)

ARAÚJO, J. B. C.; PIMENTEL, J. C. M.; PAIVA, F. F. de A.; SOUZA, C. R. de; MATTOS, A. L. A. **Desenvolvimento local e territorialidade**: o caso do assentamento Che Guevara, Ocara-Ceará. 2010. Disponível na Internet. [www.sober.org.br/palestra/15/276.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/15/276.pdf) .

BARBOSA, L. R. **Projeto de assentamento dirigido Pedro Peixoto**: uma análise econômica dos custos de produção da atividade pecuária. Rio Branco: UFAC, 2003, Monografia (graduação em Economia) Universidade Federal do Acre.



CAVALCANTI, T. J. da S. **Colonização no Acre: uma análise socioeconômica do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto**. 1994. 196f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza

CAVIGLIA-HARRIS, J.L. Household production and forest clearing: the role of farming in the development of the Amazon. **Environment and Development Economics**, v. 9, p. 181-202, 2004.

CARVALHO, L. A. **Colonização e meio ambiente: estudo de duas experiências de assentamento na Amazônia Ocidental**. 2000. 230f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, SP.

DRUMMOND, M. S.; LACERDA, L. M.; GIRNOS, E. C.; AZEVEDO, G. G.; SOUSA, C. J. S.; SILVA, S. S.; ARAUJO, M. J. A. M.; SILVA, E. M. L. Organização Social de Comunidades Rurais do Maranhão e sua Influência sobre Populações de Abelhas e Vespas Sociais e algumas Espécies Vegetais: Um Estudo Preliminar no Contexto da Sustentabilidade. IN: EVALDO FERREIRA VILELA; IRACENIR ANDRADE DOS SANTOS; JOSÉ HENRIQUE SCHOEREDER; JOSÉ EDUARDO SERRÃO; LUCIO ANTONIO DE O. CAMPOS; JOSÉ LINO-NETO (ORG.). **Insetos Sociais: da Biologia à Aplicação**. 1ª Ed. Viçosa, MG: Editora Universidade Federal de Viçosa, 2008, v. 1, 428-442p.

FREY, K. Capital social, comunidade e democracia. **Rev. Política e Sociedade**, n.º 2, abril de 2003. p. 175-187. UFSC.

GONZAGA, D. S. de O. M. **Agricultura familiar e transferência de tecnologias: o caso dos cafeicultores do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto**. 2010, 142f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar). Universidade Federal de Pelotas – UFPe, Pelotas, RS.

GUILHOTO, J.J.M.; AZZONI, C.R.; SILVEIRA, F.G.; ICHIHARA, S.M.; DINIZ, B.P.C.; MOREIRA, G.R.C. **Pib da agricultura familiar: Brasil – Estados**. Brasília, MDA, NEAD Estudos; 19, 2007. 172p.

GUNATILEKE, H.; CHAKRAVORTY, U. Protecting forests through farming: a dynamic model of nontimber forest extraction. **Environmental and Resource Economics**, v.24, p. 1-26, 2003.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2001.

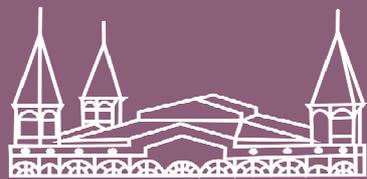
INCRA/DT/DTI-SIPRA. Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação. Data de acesso: 23/03/2012. [www.incra.gov.br/](http://www.incra.gov.br/)

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia**. 24 ed. São Paulo: Ática, 2003. 256 p.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. **Diversificação agrícola e não agrícola da Agricultura Familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal de Rio Grande do Sul - UFRS, 2007, Porto Alegre, RS.

PUTNAM, Robert, D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 260p.

RÊGO, J. F. do. **Análise Econômica dos Sistemas de Produção Familiar Rural da Região do Vale do Acre – 1996/1997**. Rio Branco: UFAC/ SEBRAE/ The Ford Foundation, 2003. 80p. il .



SILVA, J. A. e. **Processo decisório de pequenos produtores rurais: o caso do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, no Acre.** Lavras: ESAL, 1988, 103f.

SOUZA, C. A. A. de. **História do Acre: novos temas, nova abordagem.** Rio Branco: Carlos Alberto Alves de Souza (Ed.), 2002. 212p.

VAN WEY, L.K.; D`ANTONA, A.O.; BRONDÍZIO, E.S. Household demographic change and land use/land cover change in the Brazilian Amazon. **Population & Environment**, v.28, p. 163-185, 2007.

VEIGA, J.E.; FAVARETO, A.; AZEVEDO, C.M.A.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, K.; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108p.